

# NARRANDO, COMPARANDO E MALDIZENDO ANDANÇAS POUSOS E ALOJAMENTOS<sup>1</sup>

ANDRÉ DUMANS GUEDES

**RESUMO** *Buscamos aqui descrever como lugares como alojamentos, acampamentos, pousadas, hotéis, quartos alugados e repúblicas aparecem nas vivências dessas pessoas que, sendo originárias do Norte de Goiás, têm suas vidas marcadas por frequentes viagens e andanças. A noção de “forma provisória de existência” é aqui utilizada para designar esses lugares, dessa forma compreendidos enquanto “pousos”, territorialidades temporárias produzidas no âmbito de deslocamentos espaciais e que se revelam necessárias para a realização desses últimos. Na descrição destes lugares e deslocamentos, recorro a três diferentes “regimes de signos”, cada um deles associado a um modo específico de falar sobre esses temas.*

**PALAVRAS-CHAVE** *Mobilidades. Formas provisórias. Alojamentos. Trecho.*

## NARRATING, COMPARING AND CURSING WANDERINGS LANDINGS AND ACCOMMODATION

**ABSTRACT** *The purpose of this article is to describe how places such as lodgings, camps, inns and rented rooms appear in the experiences of these people who, being originally from the North of Goiás, have their lives marked by frequent travels and wanderings. We use the notion of “provisional form of existence” to designate these places, thus understood as temporary territorialities produced within the scope of spatial displacements and which are necessary for the realization of the latter. To describe these places and displacements, I use three different “sign regimes”, each associated with a specific way of talking about these experiences.*

**KEYWORDS** *Mobilities. Provisional forms. Lodgings. Being on the road.*

<sup>1</sup> Bolsas de pós-doutorado fornecidas pela Faperj (no IPPUR/UFRJ) e pela Capes (PNPD, no Museu Nacional/UFRJ) tornaram possível a coleta da maior parte dos dados aqui apresentados, e por isso agradeço ao apoio fornecido por estas instituições. Uma pesquisa recém-iniciada e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – também o órgão financiador de minha pesquisa de doutorado – sobre os efeitos sociais produzidos pela construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Chamada MCTIC/CNPq No. 28/2018) ofereceu contrapontos comparativos fundamentais para o argumento esboçado aqui, e também a este órgão sou grato.

E que se fosse contar, ia ver que depois que comecei a trabalhar para o senhor Mário, tinha morado mais tempo em barraca e cabina de caminhão, do que em casa, ou barracão, ou garagem, ou escritório. E que nunca também tive lugar certo para morar muito tempo. Sempre foi aquilo de mudar de um lugar para outro. De ir trabalhar num lugar e depois ir para outro, e depois outro.

Oswaldo França Jr., *Jorge, Um Brasileiro*.

E os peões de Seu Americão Barbosa voltavam sempre, raros os que deixavam de voltar; ligeiros uns, mais retardados outros – esses últimos em geral os que traziam boas histórias compridas de contar.

Mário Palmério, *Chapadão do Bugre*

No interior da gigantesca literatura dedicada a examinar a produção e a reprodução dos territórios associados a indígenas, camponeses, povos e comunidades tradicionais, são já relativamente frequentes os trabalhos que ressaltam o papel desempenhado pelas viagens e deslocamentos de alguns dos membros desses coletivos. Sem ter como considerar detalhadamente essa bibliografia aqui, recorro a um caso bastante conhecido, retirado da obra de João Pacheco de Oliveira (1998). Tendo em vista a demarcação das terras de certos grupos indígenas do Nordeste – os Truká, os Tapeba, os Kambiwá – esse autor destaca a importância assumida pelas viagens de alguns dos líderes desses povos, em meados do século XX, às capitais dos estados dessa região e ao Rio de Janeiro. Nas palavras de Oliveira (1988, p. 65-66), essas viagens

configuraram verdadeiras romarias políticas, que instituíram mecanismos de representação, constituíram alianças externas, elaboraram e divulgaram projetos de futuro, cristalizaram internamente os interesses dispersos e fizeram nascer uma unidade política antes inexistente.

Esse caso me interessa por evidenciar, simultaneamente, duas dimensões destas práticas de mobilidade que têm se configurado como objeto ou tema de investigação privilegiado de um já vasto e rico conjunto de etnografias produzidas na última década no Brasil.

Consideremos, em primeiro lugar, o fato de que tratamos aí de romarias *políticas*. Pois a passagem citada evidencia como as lutas e demandas relativas a uma terra ou território com frequência tornam necessários deslocamentos e viagens. De fato, no âmbito dessa literatura etnográfica recente dedicada às práticas de mobilidades, indígenas ou não, ocupam um lugar relevante os trabalhos que consideram as andanças de lideranças e militantes de movimentos sociais (CHAVES, 2000; COMERFORD et al, 2014; GUEDES, 2013, 2015; VIEIRA, 2015; RIBEIRO, 2018).

Em segundo lugar, destaquemos o sentido que esses deslocamentos assumem enquanto uma *romaria* política. Enfatizando o primeiro termo, chamo a atenção agora para a dimensão ritual envolvida aí. Na esteira de Oliveira (1998, p. 66), considero então como o aspecto mais interessante de tais “peregrinações” o fato de que elas levam adiante uma “reafirmação de valores morais e de crenças fundamentais que fornecem as bases de possibilidade de uma existência coletiva”, em especial por o fazerem através de práticas de mobilidades específicas. A viagem do indivíduo revela-se assim vantajosa (ou mesmo fundamental) para o grupo que ele “abandona” quando parte. Não por acaso, Oliveira (1998, p. 66) faz questão de mencionar, no contexto dessa discussão, alguns daqueles autores “que consideram as viagens como fator importante na própria constituição das sociedades”, evocando nomes como Johannes Fabian, Benedict Anderson, Mary Louise Pratt e James Clifford. Essas práticas de mobilidade, portanto, longe de assinalarem algo como um desenraizamento, perda ou abandono do território, revelam-se fundamentais para a manutenção desse último. No âmbito dos estudos do campesinato, uma conclusão

<sup>2</sup> Mas é claro que poderíamos remontar a discussão desse ponto a trabalhos ainda mais antigos que os citados – pensemos, por exemplo, na monografia de Thomas e Znaniecki (1984 [1918]).

dessa natureza está longe de ser original, já que ao menos desde os trabalhos seminais de Palmeira e Wagner (1977) e de Woortmann (2009 [1990])<sup>2</sup> temos clareza sobre o quão relevantes são tais “migrações” para a reprodução de famílias camponesas.

Insistir nesse ponto tão batido parece-me relevante para argumentar que, nestas situações, a relação estabelecida entre a permanência e a mobilidade é da ordem da composição – as permanências e mobilidades se conjugando ou complementando antes de se oporem ou excluírem. E é minha aposta nesse artigo que, se quisermos tornar etnograficamente produtivas as relações entre as “territorialidades” e as “errâncias” – as ideias que orientam o presente dossiê – é necessário fazê-lo assim, enquanto práticas ou objetos que se combinam e se conectam. Poderíamos chamar esta forma de trabalhar de chave analítica da “composição”, identificando sua fundamentação teórica nos trabalhos de Deleuze e Guattari (1997) e Ingold (2011)<sup>3</sup>. A rentabilidade dessa abordagem pode ser ilustrada pela diversidade de modos pelos quais tais “composições” são operacionalizadas. Nos casos apresentados acima a partir de Oliveira (1998), poderíamos dizer que essa composição se dá num plano diacrônico: a permanência no território é o produto da sucessão de diferentes viagens e das conquistas, alianças e aprendizados por elas gerados.

Já neste texto, na descrição etnográfica que apresento a partir de uma pesquisa realizada no norte de Goiás, a composição em questão se dá de outra maneira: ao invés de se desenrolar no tempo, ela se materializa no espaço. Aqui, essa articulação de permanências e mobilidades se concretiza em certos lugares produzidos e pensados, por pessoas que se percebem em movimento, como temporários ou provisórios. Mais do que “morar”, poderíamos dizer que as pessoas *de-moram* nas edificações e instalações que me interessam aqui. *De-morar-se*, categoria nativa que ilustra à perfeição como pode-se conciliar (algum) movimento com (alguma) permanência: demorar é menos (e mais) que morar, é demorar ou passar um certo tempo

<sup>3</sup> Por razões de espaço, neste artigo restringirei meu diálogo à obra dos primeiros.

em algum canto – “quando eu *de-morei* naquela cidade pela primeira vez...”.

Meu objetivo, portanto, é conceder um pouco mais de atenção a certos espaços aparentemente triviais, ao mesmo tempo recorrentes e desprestigiados naquela já citada literatura etnográfica dedicada ao estudo das mobilidades. Refiro-me assim a lugares como acampamentos e alojamentos das mais diversas ordens; a pensões, pousadas, hotéis e repúblicas; a quitinetes e quatinhos alugados por pouco tempo. Aqui, meu foco recai não somente sobre esses lugares, mas sobretudo no modo como eles aparecem e se articulam nos relatos e experiências de meus interlocutores.

O material etnográfico no qual se baseia esse artigo situa-se no contexto do já longo trabalho de campo que venho levando adiante numa pequena cidade no norte de Goiás, que chamarei aqui de Urucânia<sup>4</sup>. Em 2008, 2009, 2012, 2015 e 2016 realizei pesquisas nessa localidade. Mas dado o meu foco na questão da mobilidade, nesses anos e em outras ocasiões a pesquisa ocorreu também em outros lugares – seja porque fui levado a esses últimos pelos meus interlocutores, seja porque sabia que poderia encontrá-los aí. No total, e dados os limites que as especificidades de meu objeto impõe a esse tipo de cálculo, meu tempo de “permanência” em campo totalizou algo em torno de 14 ou 15 meses. Grosso modo, esse trabalho de campo se organizou a partir de dois tipos de relacionamentos. Em primeiro lugar, via um convívio íntimo e prolongado com a família de Arley, o jovem que nos será apresentado abaixo. Com ele, com seus irmãos, pai e mãe, travei relações duráveis que redundaram na confiança e amizade característica de tantos empreendimentos antropológicos. Em segundo lugar, e como que em contraponto às realidades “domésticas” que me foram apresentadas por essa família, realizei uma outra parte de minha pesquisa através de conversas (eventualmente gravadas, e de modo mais raro estruturadas como entrevistas) com trabalhadores de grandes projetos de desenvolvimento, sobretudo os empregados

<sup>4</sup> Visando privilegiar a privacidade de meus informantes, atribuo um nome fictício não apenas a essa localidade como a todas as pessoas citadas nesse texto.

em empreiteiras e na construção de barragens – ocupações extremamente comuns entre os moradores de Urucânia e naqueles circuitos por onde eles transitam (ver Guedes 2012, 2013). Nesse caso aquela intimidade que eu usufruía com Arley e sua família cedia lugar a outro tipo de interação, mais pública e jocosa, e fortemente assentada numa sociabilidade masculina: e o contraste aí presente, certamente não trivial, será retomado e retrabalhado ao longo desse texto.

## DO ALOJAMENTO UNIVERSITÁRIO AO *TRECHO*

Após dois anos de “cabeça quente” no alojamento da universidade, compartilhando um pequeno quarto com duas outras pessoas e frequentes “visitantes” ocasionais, Arley não tem dúvidas de que tem mais facilidade que a maior parte de seus colegas para viver daquele jeito – “dividindo as coisas” e sem as *mordomias* que antes usufruía na casa de seus pais (GUEDES, 2012). Afinal de contas, sua experiência como militante de movimento social o preparara para isso: as várias noites passadas debaixo de barracas ou sob a lona preta – em acampamentos de sem-terra ou atingidos por barragens, em ginásios esportivos ou salas de aula – ensinaram-lhe algo sobre como lidar com os conflitos e dificuldades que inegavelmente emergem quando várias pessoas compartilham espaços exíguos, precários e temporários como esses.

Consideremos rapidamente então algumas das experiências de Arley em acampamentos, para destacar desde já a recorrência com que esses espaços se fazem presentes na vida dele e de seus familiares. Esse rapaz travou contato com os acampamentos em função de sua experiência enquanto militante. Mas mesmo depois que se afastou da militância, tais espaços permaneceram fazendo parte de sua vida, pelo simples fato de que, nos universos em que ele vive, são muitas as pessoas envolvidas com movimentos sociais. É assim que, em viagens em nada relacionadas à militância,

esse ou aquele acampamento em lugares distantes pode se configurar como um lugar de abrigo temporário, onde Arley e seus conhecidos podem *pousar* por certo período de tempo. A mãe de Arley também tem uma experiência de militância, em um movimento de atingidos por barragens. Mas para ela, suas memórias mais significativas dos acampamentos não remetem a seus dias na luta política, e sim ao que viveu nos anos em que garimpava ouro. Aí sim, nos acampamentos dos garimpeiros, ela passou muito tempo... Num caso como no outro, conta-nos ela, experimentam-se coisas muito parecidas: “chuva de vento” e a lama, ou a vermelhidão lacrimejante da poeira; o calor debaixo do zinco ou da lona preta (cf. SIGAUD, 2000), ou o frescor propiciado pela palha de babaçu; os dias e noites passados na “barraca”, no “barraco” ou no “barracão”.

Mas como conheço Arley e sua família há muitos anos, sei também que a contextualização dessas vivências é fornecida por ideias e valores compartilhados mais amplamente. Estes últimos se expressam conspicuamente nas narrativas e expressões daqueles que afirmam que estão no *trecho* – ou seja, “caçando a sorte”, “ganhando a vida” ou “correndo mundo” longe de sua terra natal, de sua casa ou de sua família (GUEDES, 2013). Na cidade de Urucânia, no norte de Goiás em que Arley foi criado, essas narrativas e expressões tornam significativas e relacionáveis experiências e práticas de mobilidade das mais diversas ordens. Se tomamos como referência apenas o que foi vivido por membros da família desse rapaz, poderíamos evocar assim, a partir das referências ao *trecho*, os anos em que o pai e a mãe de Arley circularam pelos garimpos de Goiás, antes de se estabelecerem com uma casa e um negócio próprio; o trabalho itinerante de seus tios e cunhados como barrageiros ou funcionários de mineradoras e empreiteiras; o rodar Brasil afora de seu cunhado caminhoneiro; ou ainda as andanças daqueles seus parentes que, como Arley, foram militantes de movimentos sociais em determinados períodos de suas vidas<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> Indo um pouco além – para considerar, por exemplo, o que viveram pessoas como os avós de Arley –, estas práticas e ideias associadas ao *trecho* poderiam também ser pensadas como transformações do que estudiosos de movimentos messiânicos do “campesinato de fronteira” do centro-norte do país chamaram um dia de “cultura da andança” (o termo é de VIEIRA, 2001, p. 141; cf. POMPA, 1995; VEILHO, 2007).

Aqui, eu gostaria de explorar como essas ideias e práticas associadas ao *trecho* podem enquadrar ou contextualizar lugares como aqueles alojamentos e acampamentos. Ao considerá-los assim, desviamo-nos da forma como tais locais são usualmente abordados pela literatura. Pois tanto os trabalhos que consideram acampamentos (e.g. SIGAUD, 2000; FIRMO, 2008; AGIER, 2011; ELIS, 2013) quanto os que focam alojamentos (e.g. LEITE LOPES, 1979; MORONEY, 1982; SITAS, 1985; LINS RIBEIRO, 1988, 1989; ANTONAZ, 1995; MENEZES, 1998; CRUSH, 1992 e mesmo FOCAULT, 1977 ou GOFFMAN, 2001) costumam fazê-lo abordando esses espaços em sua particularidade ou unidade – por si mesmos. As formulações e discussões de meus interlocutores me sugerem outro encaminhamento analítico: um que privilegia as relações e articulações existentes *entre* tais lugares e situações. Como poderia assim um alojamento relacionar-se com outro, e como eles potencialmente se conectariam com um acampamento, com uma quitinete ou com uma república de estudantes ou trabalhadores?

De fato, são diversos os modos pelos quais essas relações e articulações entre esses lugares podem ser trabalhados. Considerarei aqui três destes modos, cada um deles orientando a descrição etnográfica numa direção particular. No primeiro caso, descreverei como, em certas circunstâncias, meus interlocutores relacionam sintagmaticamente espaços como esses, privilegiando a passagem de um a outro no âmbito de uma narrativa relativa a uma história ou trajetória particular. Em seguida, mostrarei como essas relações podem se atualizar paradigmaticamente – ou melhor, via “comparações” em que diferentes sujeitos aproximam e contrastam entre si, pela referência a estes espaços, suas respectivas experiências no *trecho*<sup>6</sup>. Por fim, esse último nos é apresentado do ponto de vista da casa, ou de quem, à distância e nela, tem seus interesses e preocupações orientados na direção daqueles locais onde *de-moram* ou *pousam* os que se encontram longe do lar.

<sup>6</sup> Recorro à oposição entre o “sintagma” e o “paradigma” inspirado pela clássica formulação de Saussure (2006, p. 142): “De um lado, no discurso, os termos estabelecem entre si, em virtude do seu encaideamento, relações baseadas no caráter linear da língua, que exclui a possibilidade de pronunciar dois elementos ao mesmo tempo. Estes se alinham um após outro na cadeia da fala. Tais combinações, que se apoiam na extensão, podem ser chamadas *sintagmas* (...) Por outro lado, fora do discurso, as palavras que oferecem algo de comum se associam na memória e assim se formam grupos dentro dos quais imperam relações muito diversas (...) A relação sintagmática existe *in praesentia*; repousa em dois ou mais termos igualmente presentes numa série efetiva. Ao contrário, a relação associativa [a paradigmática] une termos *in absentia* numa série mnemônica virtual”.



É preciso frisar, além disso, que “narrativas e julgamentos morais são constitutivos das próprias movimentações” (COMERFORD, 2014, p. 107), e que cada um desses modos de articulação entre diferentes lugares está associado privilegiadamente a modalidades particulares de narrar ou falar. Chamemos a esses modos de narrar ou de falar de “regimes de signos”, inspirando-nos aí na insistência de Deleuze e Guattari (1997) no fato de que a consideração dos “signos” ou da “linguagem” não pode ser feita independentemente dos agenciamentos concretos que os atualizam. Assim, em cada uma das seções seguintes, estaremos diante não apenas de diferentes temas das narrativas; mas também de certas situações que convidam ou estimulam meus interlocutores a falarem deles de determinado modo, e em função de determinadas posições, perspectivas ou experiências.

## SITUAÇÃO 1: NARRANDO HISTÓRIAS DE VIDA, APRESENTANDO TRAJETÓRIAS

Nessa primeira situação, lugares como os alojamentos e acampamentos se articulam sintagmaticamente: ou seja, como termos distintos que são combinados e ordenados entre si numa sequência linear ou temporal. É desta maneira que eles aparecem nas histórias de alguém que privilegia, numa narração, o que se passou em determinada viagem ou período de sua vida, o relato dos acontecimentos ao longo do tempo se apoiando na referência aos sucessivos *pousos* onde essa pessoa esteve.

Arley me conta que, quando chegou em Goiânia para estudar, ele passou seus primeiros dias na casa de uma tia. Logo depois ele se mudou para um subúrbio distante, onde dividiu por um tempo uma casa com uma amiga de sua mãe, sua conterrânea. Poucos meses mais tarde, Arley dividiu um pequeno apartamento com colegas, até que finalmente conseguiu uma vaga no alojamento da universidade, onde permaneceu por

alguns anos. Já formado, dividiu uma quitinete com a irmã mais nova, que – cansada da vida *parada* no norte de Goiás – também decidira abraçar o *trecho* e vir para a capital. Menos de um ano depois, ainda morando juntos, os dois alugaram outra quitinete, agora em Brasília; algum tempo depois, retornaram a Goiânia.

Quartinhos, quitinetes e apartamentos alugados e compartilhados por pouco tempo, estadias de favor, temporadas em alojamentos e acampamentos: uma maneira de abordamos as experiências de mudança e transição entre esses lugares nos é sugerida pela obra da historiadora Laura de Mello e Souza (1997, p. 42). Interessada em descrever as formas de vida no “caminhos, nas fortificações e nas fronteiras” deste “mundo sempre em movimento” que foi o interior do Brasil colonial, essa autora propõe a noção de “forma provisória de existência”. Ressaltando assim a relativa raridade da casa enquanto modo de habitação nesses universos, Mello e Souza (1997, p. 81) enfatiza, por outro lado, os esforços para, em lugares e situações os mais diversos, “recriar a domesticidade e organizar, mesmo que de forma provisória, os hábitos reguladores do cotidiano”.

Ao dizer-se cansado de viver no alojamento da universidade assim, “dividindo as coisas”, Arley já nos oferecera, algumas páginas acima, pistas a respeito de como se organiza a vida nessas situações provisórias. Esse “dividir as coisas” está longe de referir-se a qualquer coisa com um comunismo primitivo. Ele assinala antes as complexidades envolvidas na realização de práticas corriqueiras e cotidianas – comer, dormir, cuidar do corpo – fora de casa, e/ou no convívio com pessoas que não fazem parte da família. Nisso seu relato converge de modo notável com o que tem a dizer os trabalhadores de firmas variadas que se encontram no *trecho* – e que, não por acaso, se hospedam em locais cujos nomes são familiares a estudantes como Arley: não só “alojamentos” e “quartinhos”, mas também “repúblicas”.

Num caso como no outro, abundam as referências a questões concernentes à alimentação, que expressam bem essas

dificuldades. A exiguidade desses espaços, ou as regras que regem seu funcionamento, costumam dificultar, inviabilizar ou proibir que alguém cozinhe aí. Não surpreende então que Arley manifeste seu desejo de sair do alojamento afirmando que ele quer poder “fazer sua própria comida”, do seu jeito ou do jeito que ela é feita em sua casa, ou por sua mãe. Ao afirmar isso, ele estabelece um contraponto ao que há de padronizado e industrial nos refeitórios e quentinhas que lhe alimentam tão frequentemente. E isso talvez ajude a entender porque, nas rebeliões e protestos de trabalhadores alojados, seja comum que a revolta destes últimos se manifeste pela referência à qualidade da comida que lhes é oferecida (ANTONAZ, 1995). Além disso, existem as tensões relativas aos acordos, explícitos ou não, regendo como serão (ou não serão) compartilhados outros bens de consumo: lanches e guloseimas, comida trazida ou recebida de casa, cigarros, álcool, produtos de higiene pessoal e de limpeza do espaço. Mello e Souza (1997, p. 81) já destacava o quão fundamental pode ser, para a sobrevivência desses coletivos que se encontram em movimento ou distantes de sua casa, a simples “manutenção de rituais de convivência, como o rapé racionado repartido com os amigos”. No alojamento de uma empreiteira construtora de estradas em Minas Gerais, um de meus interlocutores descobriu algo que o desconcertou e revoltou: ele se deu conta então que alguns de seus colegas tinham o hábito de coar café em seus próprios quartos – e não na área de serviço comum a todos, como ele fazia e supunha ser correto.

Tudo isso torna ainda mais significativo o contraste estabelecido por Arley entre as agruras características da vida no alojamento e aquelas *mordomias* que usufruía em sua casa (GUEDES, 2012). Pois o afastamento da família e da terra natal é necessário não apenas para que jovens como Arley adquiram a autonomia que diferencia as crianças dos adultos. A ele está associada igualmente a vivência de sofrimentos e dificuldades concebidos por meus interlocutores como fundamentais para a

formação de uma pessoa. É sobretudo assim que o “trecho ensina” (RUMNSTAIN, 2009), oferecendo a alguém a oportunidade de encarar a dureza da *realidade*, ou de ver como são cruéis, perigosas e injustas as coisas do *mundo*.

O regime de signos de que tratamos aqui pode ser comparado à dinâmica de um romance de formação<sup>7</sup>. Afinal de contas, estamos presenciando aqui a história de como alguém veio a tornar-se quem é, via uma sucessão de aventuras e desventuras que nos revelam os caminhos desse processo de desenvolvimento ou amadurecimento pessoal. Dificuldades de convívio, conflitos cotidianos, relações estremecidas ou rompidas, mudança de endereço, o recomeço de uma nova “forma provisória de existência”: em narrativas como a de Arley, a vivência recorrente desse padrão costuma levar ao surgimento de algo relevante – aprendizado. Nessas histórias, a enumeração – às vezes incrivelmente longa – dos locais e situações onde alguém residiu tem um efeito narrativo preciso: a sucessão desses últimos funciona como índice dos múltiplos passos, etapas ou desafios enfrentados nessa caminhada rumo ao aprendizado ou amadurecimento, bem como dos esforços necessário para tanto.

A noção de “carreira moral” de Goffman (2001) pode ser de alguma valia aqui – antes de mais nada porque o termo “carreira”, para além das conotações pretendidas por esse autor, tem também o sentido de “caminho” ou “estrada”. Isso nos possibilita reforçar as correlações aqui sugeridas entre os deslocamentos espaciais e a “trajetória por uma pessoa durante uma sua vida” (GOFFMAN, 2001, p. 111), o que exprime bem uma imagem bastante cara às pessoas de que trato aqui: a da vida pensada como caminho. Além disso, interessa-nos o que este autor destaca a respeito dos aspectos morais dessa carreira, o que envolve tanto os julgamentos recebidos pelos sujeitos em questão quanto essa “sequência regular de mudanças que a carreira provoca no eu da pessoa e no seu esquema de imagens para julgar a si mesma e aos outros” (id., p. 112; cf. COMERFORD, 2001).

<sup>7</sup> A evocação que faço aqui desse gênero literário é certamente interessada: pelas origens românticas compartilhadas por esse *Bildungsroman* e a antropologia; e também para nos lembrar que, pela “ênfase na qualidade permanentemente dinâmica e móvel de todos os fenômenos e entes”, essa tradição filosófica e cultural está marcada pelo “horror à imobilidade – ou à permanência como imobilização” (DIAS DUARTE, 2004, p. 10).

## SITUAÇÃO 2: COMPARANDO ALOJAMENTOS, REPÚBLICAS, QUARTINHOS...

O etnógrafo ouve atento a narrativa das andanças de seu interlocutor. Como este último, ele está emocionado com todas as paixões, dificuldades e aprendizados que perpassam as aventuras e desventuras que essa pessoa enfrentou no *trecho*.

Mas outra pessoa acabou de chegar, e eles não se encontram mais sozinhos. Ao que parece, tem mais gente querendo participar dessa conversa. “Eu também conheço histórias de gente que roda o trecho, eu rodei também!”, exclama esse vizinho que se aproxima e senta-se conosco. “Interrupções” como essa, é claro, não tem nada de excepcional. Muito pelo contrário, as oportunidades em que se fala sobre esses assuntos despertam interesse e paixão, e sempre haverá quem quer debater isso. Aquela narrativa longa e emocionada agora cedeu lugar a esse bate-papo barulhento e repleto de brincadeiras e provocações, em que os interlocutores velozmente revezam suas falas, frequentemente se interrompendo e disputando o protagonismo da conversa.

A chegada dessas novas pessoas reconfigura o que se fala sobre as andanças e o trecho, bem como a forma como tais temas são tratados. O regime de signos vigente é outro. Agora já não há mais espaço para aquele narrador que se aproxima da descrição clássica de Walter Benjamim (2012, p. 214), o que recebe atenção, silêncio e respeito em função de sua singular condição de “quem viaja [e] tem muito a contar”. Afinal de contas, o novo agenciamento se configura por um diálogo em que todos os presentes andaram e rodaram, todos assim tendo conhecido o *mundo* e possuindo algo a dizer sobre ele. Agora, antes de serem apresentados por meio de uma narrativa ou “carreira moral”, esses diferentes lugares e situações com que lidamos aqui nos são apresentados via “comparações”.

Recorro aqui à ideia de “comparação” para tentar aproximar certos procedimentos intelectuais que nos são caros enquanto

antropólogos daqueles utilizados por meus interlocutores, “whatever operations characterize our investigation” (WAGNER, 1981, p. 34) podendo também caracterizar as deles. A aproximação em questão certamente não é arbitrária, e ajuda a explicitar alguns dos vetores animando conversas como as citadas acima, sobretudo enquanto práticas de conhecimento<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> O que não significa dizer que tais conversas se esgotam nesse plano. Os já mencionados elementos lúdicos e antagonísticos (cf. COMERFORD, 1999, 2001) que as perpassam são apenas uma evidência dentre outras de sua multidimensionalidade.

Em meados de 2015, presencio esses três trabalhadores de empreiteiras conversando, relatando o que vivenciaram em diferentes lugares ou momentos de suas vidas ao mesmo tempo em que, coletivamente, comparam as suas experiências e reflexões individuais. Roberval contrasta esse alojamento onde esteve trabalhando há poucos dias, “todo na madeira”, com aquele outro que conheceu na Amazônia, e que era inteiramente de alvenaria. Esse último estava em uma obra realmente grande, e impressionava a qualidade e o tamanho de suas instalações. Nada de beliches, só duas ou três pessoas em cada quarto... Interrompendo Roberval, Lúcio se lembra desse lugar onde sequer havia cortinas nos banheiros! Ah, mas o pior de tudo foi o que ele enfrentou nessa casa alugada pela firma que o contratara para as obras do Comperj: 12, 15 pessoas dormindo juntas, no mesmo cômodo: isso sim é desconforto! E é claro que com tanta gente junto vai sempre haver alguém que vai roncar mais... e atrapalhar o sono do quarto inteiro! O que eles faziam era atirar os calçados em cima desse que roncava. E nem assim ele acordava! No dia seguinte, o roncador amanhecia coberto de botas... Mas o que realmente incomoda Roberval, no que diz respeito à madeira de que é feito o alojamento, é outra coisa: é seu medo do que pode acontecer em uma dessas “revoltas”. Se alguém decide botar fogo, o prédio de madeira incendeia num instante, e todo mundo morre... Valter argumenta com ele que não é preciso se preocupar. Ali onde Roberval está quase não tem gente de fora, e geralmente quem é mais revoltado e corajoso é mesmo o povo do nordeste, esses que vêm do interior do Ceará ou da Bahia...

Conversas como essas são fundamentais para que esses trabalhadores conheçam o universo profissional em que se encontram (cf. SITAS, 1985). Poderíamos evocar inicialmente todo um conjunto de informações que, compartilhadas e debatidas coletivamente, fornecem parâmetros fundamentais para a tomada de decisões no âmbito desse mercado de trabalho específico – por exemplo, aquelas referentes aos lugares, obras e firmas que, em determinado momento do tempo, revelam-se atraentes para quem procura ou quer mudar de trabalho; as que dizem respeito às estratégias e recursos capazes de favorecer o crescimento profissional de alguém; ou certas manhas e saberes que tornam mais palatáveis os dissabores do trabalho no *trecho*.

Concentro-me aqui, porém, nas questões referentes às condições de trabalho, e a certas formas como pessoas feito estas refletem a esse respeito e disso conscientizam-se, “politicamente”. Ressalto assim o quão fundamental é a operação intelectual da comparação para que tais conscientizações e reflexões emerjam. Mostrei em outra ocasião (GUEDES, 2013, capítulo 2) o quão frequentes eram, no norte de Goiás onde trabalhei, as discussões em que meus interlocutores contrastavam os padrões que tiveram ao longo de suas vidas, em diferentes trabalhos. Aí, meu foco residia nas trajetórias e percursos individuais, construídos e significados pelo modo como são relacionadas e comparadas essas diferentes experiências de “patronagem” de alguém – relativas aos padrões que essa pessoa conheceu nos canteiros de obras, nas mineradoras, no garimpo, nas fazendas, no comércio, nas pequenas e grandes firmas. Já aqui, argumento que o espaço privilegiado para a produção dessas comparações é justamente o tipo de bate-papo abordado nessa seção. Nele, e diante de interlocutores com vivências semelhantes, um trabalhador concretiza, verbalizando, essas comparações “internas” à sua vida. Mas ele faz isso diante de pessoas que realizam o mesmo tipo de operação, o que culmina na produção de comparações que se dão também num outro plano: não apenas no interior de, mas “entre” diferentes percursos e histórias pessoais.

Dentre outras coisas, estamos diante de como são transmitidas, recriadas e produzidas certas concepções de justiça e injustiça. Mas essa “economia moral” parece menos perene, em alguns de seus traços, do que na clássica descrição de Thompson (1971). Ou melhor: essas definições do justo e do injusto – com seus matizes e variedades que não tenho como considerar aqui – não parecem dadas de uma vez por toda, revelando-se pelo contrário bastante sensíveis a esses mapeamentos e avaliações que culminam na produção de “contextos” mais gerais. Quando alguém recorre a expressões como “o Brasil de hoje”, “nos tempos do Lula” ou “com a economia do jeito que está agora”, ela está operando assim, pelo enquadramento de certos fatos e fenômenos nesses contextos mais amplos. O que sugiro aqui é que, em certa medida, também aquelas concepções de justiça devem ser pensadas no âmbito desses contextos e de suas variações: o que parecia um absurdo “nos tempos do Lula”, “hoje em dia” já não se afigura tão intolerável assim... O que essas pessoas sabem, portanto, é que esses contextos mais gerais estão sempre se transformando. E é também para dar conta dessa volubilidade que bate-papos como os discutidos aqui desempenham um papel crucial, enquanto espaços privilegiados para a produção e atualização coletiva desses “cenários” ou “panoramas”.

Voltemos assim a tratar daqueles espaços onde se alojam trabalhadores como meus interlocutores. Materializando e exprimindo de forma palpável e cotidiana os contextos e correlações de força que definem as condições de trabalho, eles se revelam particularmente “bons para pensar” – coletiva e comparativamente, como vimos – todas essas questões. Mas talvez seria necessário ir além, e evocar certas especificidades dessas formas de trabalho. Já Marx (1988, p. 215), nas linhas que dedicou aos “nômades do proletariado”, ressaltava que esses últimos eram explorados não apenas enquanto “operários” ou “soldados da indústria” – mas também “como inquilinos”. Assim, algo além das condições em que se realiza uma ocupação



profissional se expressa e se define nesses espaços, pois a eles estão associados essas “outras esferas de vida do trabalhador que não a esfera do trabalho” (LEITE LOPES, 1979, p. 46). Um alojamento é também um espaço onde se dorme, onde se descansa... E é por simbolizar ou articular simultaneamente o trabalho e a vida fora dele que um local como esse se revela tão “bom para pensar” questões referentes a justiça e injustiça.

Mas para além dessas questões envolvendo o trabalho propriamente dito, há ainda um outro tipo de conhecimento cuja produção podemos associar a estes bate-papos entre trabalhadores. Vieira (2012, p. 221) também está interessada em examinar como se estruturam as narrativas das andanças Brasil a fora de seus interlocutores, quilombolas do interior da Bahia. Dois tipos de experiências, em especial, merecem ser “contadas e recontadas” por eles. Por um lado (e de acordo com o discutido na seção anterior), há o fato de que “cada uma dessas narrativas tem um conselho, um ensinamento, uma moral da história”. Além disso, também “valem a pena ser contadas” as histórias “que relatam uma experiência de estranhamento e perplexidade em um lugar tão diferente quanto São Paulo” (2012, p. 221). As distâncias do *trecho* são assim particularmente propícias para que aqueles que as percorrem travem contato com fenômenos e eventos desconhecidos. Destacam-se aí os modos de viver de outras pessoas ou povos, ou característicos de outros lugares. E as “formas provisórias de existência” em que se hospedam esses trabalhadores se revelam então como espaços particularmente significativos para a apreensão dessas diferenças. Afinal de contas, e mesmo que de modo temporário, aí pessoas das mais diversas origens convivem intimamente, compartilhando banheiros, beliches ou uma geladeira. Tornam-se assim particularmente significativos, e dignos de serem narrados e comparados, os encontros entre esses diferentes modos de comer, de falar ou de indignar-se. Lembremos dos temores de Roberval a respeito do temperamento revoltoso de baianos e cearenses...

### SITUAÇÃO 3: PREOCUPANDO-SE COM O QUE ESTÃO APRONTANDO AQUELES MENINOS LONGE DE CASA

Num terceiro registro, a articulação entre estes diferentes lugares de que tratamos aqui se dá sob a égide da casa. Discuti esse caso detalhadamente em Guedes (s/d), e aqui recupero apenas as linhas gerais da descrição. Parto inicialmente do conceito de “configuração de casas”, forjado por Louis Marcelin (1999, p. 37) para dar conta “de processos *relacionais* entre agentes familiares originários de várias casas, [através de um] processo contínuo de criação e recriação de laços de cooperação e de troca entre entidades autônomas”. Marcelin (1999) buscava, com essa ideia, ressaltar a abertura, a incompletude e a relacionalidade das casas que ele encontrou no Recôncavo Baiano, todas elas sendo melhor pensadas a partir do que circulava entre elas e assim as articulava.

Mas em vez de considerar essa configuração como um conjunto de relações entre entidades com o mesmo status, eu argumento em Guedes (s/d) que, na Urucânia que conheci, faz mais sentido enfatizar as assimetrias e hierarquias no interior dessas redes. As configurações que me interessam envolvem então *uma* casa que se articula a espaços de outra natureza; mais precários e provisórios, estes últimos não são exatamente casas, ou não o são tanto quanto a primeira o é; mas neles também é possível “morar”. Estamos, novamente, diante de lugares como as “formas provisórias de existência” de que aqui tratamos.

Na esteira de Marcelin (1999), levemos em consideração, para a definição de como se definem tais configurações, a circulação recorrente de certas coisas entre diferentes “casas”. Assim, são os fluxos de comida, dinheiro, cuidados, ajuda, conselho ou serviços espirituais o que nos permite definir uma configuração específica de casas. Mas, ao contrário do que se passa no caso examinado por esse autor, aqui tratamos de uma circulação que ocorre por meio de longas distâncias – as centenas de quilômetros que separam, por exemplo, a casa da mãe de Arley do alojamento onde ele residiu por certo tempo.

A referência a esse “certo tempo” é crucial, e ilustra outro aspecto da hierarquia presente nessa configuração que examino. Pois, se a casa em questão se mantém e persiste, no mesmo lugar e por décadas, o mesmo não ocorre com estes outros lugares com as quais ela se relaciona. Ao longo dos vários anos em que conheço a família de Arley, pude perceber como essas coisas que circulam se direcionavam não apenas aos diversos lugares onde este último residiu; mas também para outros espaços: por exemplo, o acampamento onde o pai de Arley residia, quando no garimpo; ou a casa montada temporariamente por seis ou sete meses pela sua irmã e pelo cunhado no estado vizinho do Tocantins, onde esse último arrumara um serviço; ou o alojamento onde se instalava esse mesmo cunhado quando a serviço de uma empreiteira no sul de Goiás.

As linguagens ou os modos de narrar e falar associados a estes movimentos são outros aqui. O regime de signos correspondente a este caso tem assim suas linhas gerais orientadas por outras experiências e modos de habitar o mundo: a perspectiva que nos interessa agora se concretiza sobretudo nas reclamações de pessoas como Fatinha, a mãe de Arley<sup>9</sup>. Morando em Urucânia, ela com frequência se vê às voltas com as preocupações suscitadas pelo que se passa – ou pode estar passando – com seus filhos (de ambos os sexos) e cunhados que estão no *trecho*. Maldizendo “esses meninos” que não param quietos, ela costuma se referir à sua casa como um “para-raios de problemas”.

Fatinha esteve em Goiânia e em Niquelândia, e viu as condições em que eles moravam. Abundam os termos por ela usados para, enfática e dramaticamente, caracterizar o modo como “esses meninos” vivem: *lambança*, *bagunça*, *descontrole*, *gandaia*. É só pensar no que acontece nesses lugares – nessas tantas coisas podendo levar alguém a “perder a moral”, ou a “se perder” – que Fatinha já sabe que passará outra noite insone. Aqui, novamente nos encontramos com as moralidades que permeiam as relações entre a casa e o *trecho*. Contraposto à ordem e à segurança vigentes na casa dessa senhora, esse último aparecerá

<sup>9</sup> Recorrendo à experiência dessa senhora, introduzo nessa discussão uma dimensão de gênero (e também de geração) cuja complexidade não tenho como contemplar aqui. Esbocei alguns encaminhamentos para esse ponto tão delicado em Guedes (2013 [capítulo 3], 2017).

como um lugar perigoso e repleto de tentações, propício para práticas moralmente condenáveis do ponto de vista da casa, ou de quem se identifica com ela.

Daí também a imagem do “para-raios de problemas” ser tão adequada. Pois ela assinala a “susceptibilidade” ou “vulnerabilidade” da casa ao que se passa nesses alojamentos e quartinhos tão distantes dela. Essa imagem assinala, assim, o quão fortemente a casa se encontra relacionada e aberta a determinadas formas provisórias de existência. Os filhos e cunhados distantes, e Fatinha “não desliga”. Ela não desliga, não para de pensar neles, não tem sossego – por permanecer “ligada” ao que se passa onde eles estão. “Atenção” e “preocupação” são – feito a comida, o conselho ou a ajuda – coisas que fluem ou circulam entre esses espaços, articulando-os.

A descrição que Alves (2018) nos oferece dos dramas enfrentados pelas mães nessas comunidades quilombolas do Vale do Jequitinhonha (MG) ajuda-nos a compreender o que está em jogo nesses contrapontos e complementaridades entre a casa e as formas provisórias situadas alhures ou no trecho. Aí, o trabalho de *criação* realizado por essas mães é indissociável do esforço delas para transformar “suas casas em casas raízes, que vão se enraizando ao longo do tempo, se tornando pontos de referência e pertencimento diante das idas e vindas que [seus filhos] realizam para outras localidades, municípios e regiões do país” (id., p. 193). Essa autora nos mostra que há de fato um contraste entre essas casas e o “constante movimento dos filhos” (id., p. 195); mas sua análise sugere igualmente que tal contraste implica em algo mais. Pois a condição de possibilidade desse movimento é a existência da casa enquanto “ponto de reunião” (id., p. 195) – referencial fixo para o qual confluem não apenas os filhos quando de volta; mas também as preocupações e “problemas” que eles, quando fora, suscitam.

## CONCLUSÃO

... nós mesmos vamos para fora, nos lançamos (...) Lançamo-nos, arriscamos uma improvisação. Mas improvisar é ir ao encontro do Mundo, ou confundir-se com ele. Saímos de casa no fio de uma cançãozinha.

Deleuze e Guattari, *Mil Platôs*

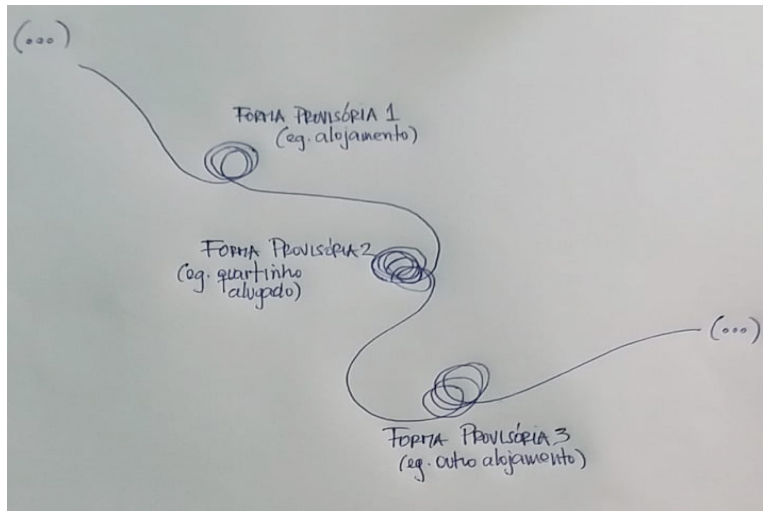
“Onde é que você vai *pousar* hoje?”. Hotéis, quartinhos, acampamentos, alojamentos como os aqui apresentados são lugares onde é possível que alguém *pouse*. Esse verbo, na forma como é usado pelos meus interlocutores, ilustra à perfeição aquela aposta analítica delineada já na introdução deste texto: pois o que está em jogo aí é justamente uma imbricação ou composição dos movimentos com o que seria – à primeira vista – um contraponto a eles: as paradas, as imobilidades, as permanências. O *pousar* sugere a ideia de uma interrupção no movimento, mas uma interrupção que é claramente temporária – uma pausa. E tal pausa é como que a condição necessária para o prosseguimento do movimento, já que ao final de uma jornada, e para sua continuidade adiante, é necessário um mínimo de descanso, de repouso.

Mas essas pausas e repousos associados aos *pousos* não estão dados ou assegurados de uma vez por todas, e seu usufruto e fruição dependem eles também da realização de certos movimentos. Na formulação arguta e capciosa de Mello e Souza (1997, p. 81), esses movimentos são aqueles que possibilitam a alguém, longe de casa, “recriar a domesticidade e organizar, mesmo que de forma provisória, os hábitos reguladores do cotidiano”.

Esboçemos aqui a descrição – sem qualquer pretensão à exaustividade – de alguns desses movimentos. Em primeiro lugar, ressaltando essas ocasiões e lugares onde uma linha se dobra e se volta sobre si própria e serpenteia, gira. Esses giros e voltas assinalam pausas, quando tratamos de deslocamentos espaciais ou do movimento na sua dimensão extensiva; ou

repouso, se temos em mente quem se aninha para descansar da correria e da agitação do dia a dia, o movimento aí aparecendo em sua dimensão intensiva (DAINESE; CARNEIRO, 2015). Note-se então que a permanência produzida por (e nessas) pausas e repouso não é o resultado de movimentos que cessam, param, se interrompem – mas de inflexões desses últimos. Essas inflexões e voltas no movimento assinalam esforços e gestos criativos: justamente aqueles que instalarão ou montarão as formas provisórias de existência.

**Figura 1: dobras, volteios e rodopios das formas provisórias**



Esses movimentos definem um espaço próprio, minimamente resguardado – e por isso delimitado, marcado como “pertencente” ou “associado” a alguém. Tal delimitação ou marcação é realizada com determinadas “matérias de expressão” (DELEUZE; GUATTARI, 1997), que são trazidas de longe – de casa, ou da terra natal. Se há uma “linha de errância” que, no *trecho*, “se separa de um trajeto costumeiro” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 117) – o que se realiza na terra natal, na casa, no universo familiar –, não custa lembrar, mais uma vez,

que não há um divórcio ou separação absoluta entre uma coisa e outra. Pois essa “linha de errância” do *trecho* traz sempre consigo algo que vem da casa: um jeito de preparar o café, um modo de falar, os biscoitos de coco assados por mamãe, fotos ou amuletos, “o tempero da casa” (LIMA, 2013, p. 54), um refrão para cantarolar – “o pássaro que canta marca assim seu território” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 118). É nesse sentido que há algo de capcioso na menção àquele “recriar a domesticidade” mencionado por Mello e Souza (1997). Pois na delimitação dessas formas provisórias de existência a casa não aparece como um modelo a ser imitado, ou um ideal a ser reproduzido. Ela é antes algo próximo àqueles “para-raios” ou “pontos de reunião” (ALVES, 2018) mencionados na seção anterior, um verdadeiro centro de recepção e (re)distribuição. Pois suas capacidades de atrair – problemas, ou os filhos de volta – são como que a contrapartida de suas potencialidades de irradiar, de remeter ou enviar através de longas distâncias coisas e elementos os mais diversos. Destacamos assim, dentre as “matérias de expressão” necessárias para a instalação das formas provisórias, justamente estas coisas e elementos “retirados” da casa, ou dela “enviados” para um além – no mais rigoroso sentido que esses termos possuem na obra de Deleuze e Guattari (1997), falamos de coisas e elementos “desterritorializados”, e que se “reterritorializam” na constituição de lugares como alojamentos, acampamentos e quartinhos para alugar.

Por fim, evoquemos outro conjunto de movimentos, relativos ao “solo” sobre o qual serão levados adiante esses esforços de “reterritorialização”. Aqui está em jogo uma presença obsedante na vida de meus interlocutores, recorrentemente esbarrando em seus caminhos com esses espaços duros e administrados onde eles são *alojados* – espaços que podem ser evocados etnograficamente pela referência às instituições totais de Goffman (2001), às disciplinas e prisões de Foucault (1987), ao cativeiro das usinas e alojamentos do nordeste açucareiro (LEITE

LOPES, 1979; MENEZES, 1998) ou aos “compounds” e “hostels” da mineração no apartheid sul-africano (MORONEY, 1978, SITAS, 1985, CRUSH, 1992). Aquelas matérias de expressão que trazemos de longe, aquele “fio de uma cançãozinha” ao qual nos agarramos, são instrumentos necessários (mas nem sempre suficientes) para que esses espaços duros sejam amansados o bastante para que, minimamente, alguém possa aninhar-se e “improvisar” aí. Improvisar, criar uma forma provisória: a “diferenciação” (WAGNER, 1981) desses espaços se dá por esse tipo de movimento, e é via a produção dessas “privacidades insólitas e improvisadas” (MELLO E SOUZA, 1997, p. 45) que é possível prosseguir: com a viagem, com a vida, rumo ao novo dia que amanhã nos espera...

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGIER, Michel. *Managing the Undesirables. Refugee Camps and Humanitarian Government*. Cambridge: Polity Press, 2011.

ALVES, Yara de Cássia. As mães que enraízam e o mundo que gira: criação e movimento no Vale do Jequitinhonha-MG. *Tessituras*, Pelotas, v. 6, n. 2, p. 193-213, jul./dez. 2018.

ANTONAZ, Diana. *Na Escola dos Grandes Projetos. A Formação do Trabalhador Industrial na Amazônia*. 1995. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro.

BENJAMIN, Walter. O Narrador. Considerações sobre a Obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, W. *Obras Escolhidas I. Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaios sobre Literatura e História da Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

CARNEIRO, Ana. DAINESE, Grazielle. Notas sobre as diferenças e as diferenciações etnográficas do movimento. *Ruris*, Campinas, v. 9, n. 1, p. 143-146, 2015.



CHAVES, Christine. *A marcha nacional dos sem-terra. Um estudo sobre a fabricação do social*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.

COMERFORD, John Cunha. *Fazendo a Luta. Sociabilidade, Falas e Rituais na Construção de Organizações Camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

COMERFORD, John Cunha. *Como uma Família: Sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

COMERFORD, John Cunha. Vigiar e narrar. Sobre formas de observação, narração e julgamento de movimentações. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 57, p. 107-142, 2014.

COMERFORD, John Cunha; ALMEIDA, Luciana; PALMEIRA, Moacir. O mundo da participação e os movimentos rurais: entre mobilizações, espaços de interlocução e gabinetes. In: LEITE LOPES, J. S.; HEREDIA, B. (org.). *Movimentos Sociais e Esfera Pública: o mundo da participação*. Rio de Janeiro: Colégio Brasileiro de Altos Estudos - CBAE, 2014, p. 67-88.

CORRADO, Elis. De índios a sem-terra: variações da forma acampamento. *Ruris*, Unicamp, v. 1, n. 2, 2013.

CRUSH, Jonathan. The compound in post-apartheid South Africa. *Geographical Review*, New York, v. 82, n. 4, p. 388-400, oct. 1992.

DIAS DUARTE, Luiz Fernando. A pulsão romântica e as ciências humanas no Ocidente. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 55, p. 5-19, jun. 2004.

FIRMO, Fernando. *Acampamento Grajaú: etnografia de uma ocupação política*. 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia, UnB, Brasília.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

GUEDES, André Dumans. Abrir no mundo, rasgando o trecho: mobilidade popular, família e grandes projetos de desenvolvimento. *Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 21, n. 21, 2012.

GUEDES, André Dumans. *O Trecho, As Mães e Os Papéis. Etnografia de Movimentos e Durações no Norte de Goiás*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

GUEDES, André Dumans. Andança, agitação, luta, autonomia, evolução. Sentidos do movimento e da mobilidade. *Ruris*, v. 9, n. 1, 2015.

GUEDES, André Dumans. Construindo e estabilizando cidades, casas e pessoas. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 403-435, 2017.

GUEDES, André Dumans. Dessubstancializando a casa via configurações e formas provisórias de existência. Artigo inédito submetido a periódico, em avaliação. s/d.

INGOLD, Tim. *Being alive: essays on movement, knowledge and description*. New York: Routledge, 2011.

LEITE LOPES, José Sérgio. Fábrica e Vila Operária. Consideração sobre uma Forma de Servidão Burguesa. In: LEITE LOPES et al. (Org.). *Mudança Social no Nordeste. A Reprodução da Subordinação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LIMA, Jacqueline Ferraz de. *Mulher fiel. Etnografia do amor nas prisões do PCC*. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSCar, São Carlos.

LINS RIBEIRO, Gustavo. Acampamento de grande projeto, uma forma de imobilização da força de trabalho pela moradia. *Série Antropologia* (UnB), Brasília, n. 84, 1989.

LINS RIBEIRO, Gustavo. *Developing the Moonland: The Yacyreta Hydroelectric Dam and Economic Expansion in Argentina*. 1988. Tese (Doutorado em Antropologia) – The City University of New York, New York.

MARCELIN, Louis Herns. A linguagem da casa entre os negros no Recôncavo Baiano. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 31-60, 1999.

MARX, Karl. *O Capital*. Livro I, volume II. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MELLO E SOUZA, Laura de. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: MELLO E SOUZA, L. et al. (Org). *História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MENEZES, Marilda Aparecida de. *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

MORONEY, Sean. The development of the compound as a mechanism of worker control (1900-1912). *South African Labour Bulletin*, v. 4, n. 3, p. 29-49, 1978.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998.

PALMEIRA, Moacir; WAGNER, Alfredo. *A invenção da migração. Relatório de Pesquisa, Projeto Emprego e Mudança Sócio-Econômica no NE*. PPGAS, Rio de Janeiro, 1977.

POMPA, Maria Cristina. *Memórias do Fim do Mundo. Para uma Leitura do Movimento Sócio-Religioso de Pau de Colher*. 1995. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS/Unicamp, Campinas.

RIBEIRO, Dandara dos Santos Damas. *Comunidade Quilombola Manoel Ciriaco dos Santos. Identidade e Famílias Negras em Movimento*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2018.

RUMSTAIN, Ariana. *Peões no Trecho. Estratégias de Trabalho e Deslocamento no Mato Grosso*. 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.

SIGAUD, Lygia. A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 58, p. 73-92, 2000.

SITAS, Ari. Moral formations and struggles amongst migrant workers on the East Rand. *Labour, Capital and Society*, v. 18, n.2, p. 372-401, nov. 1985.

THOMAS, William; ZNANIECKI, Florian. *The Polish Peasant in Europe and America*. Urbana: University of Illinois Press, 1984.

THOMPSON, Edward Palmer. *The moral economy of the English crowd in the 18<sup>th</sup> century*. *Past and Present*, 50, 1971.

VELHO, Otávio. O cativo da Besta Fera. In: VELHO, O. *Mais realistas que o rei: ocidentalismo, religião e modernidades alternativas*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. *À Procura das Bandeiras Verdes. Viagem, Missão e Romaria. Movimentos Sócio-Religiosos na Amazônia Oriental*. 2001. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – PPGAS/Unicamp, Campinas.

VIEIRA, Suzane de Alencar. *Resistência e pirraça na Malhada: cosmopolíticas quilombolas no Alto Sertão de Caetité, Bahia*. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro.

WAGNER, Roy. *The Invention of Culture*. Chicago: The University of Chicago Press, 1981.

WOORTMANN, Klaas. Migração, Família e Campesinato. In: WELCH, C. et al. (Org.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*, v.1. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 217-238.

---

ANDRÉ DUMANS GUEDES - Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense. E-mail: dumansguedes2@hotmail.com

